

 PMMS	LAVRATURA DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO	PROCESSO: 3.07
		PADRÃO: 3.07.02
		ESTABELECIDO EM: 25/10/2019
NOME DO PROCEDIMENTO: Registro de acidente de trânsito sem vítima na modalidade “Online”. RESPONSÁVEL: Partes envolvidas e policial militar.		REVISADO EM: 02/04/2020
ATIVIDADES CRÍTICAS		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de conhecimento básico de informática. 2. Falta de preenchimento de dados obrigatórios exigidos pelo sistema. 3. Falta de acesso à internet e de equipamento eletrônico para registro e/ou a impressão do BOAT (BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO). 		
SEQUÊNCIA DE AÇÕES		
<p>Procedimento das Partes Envolvidas em Acidente sem Vítima:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Qualquer das partes envolvidas no acidente poderá registrar na modalidade Online, por meio do site: http://www.pm.ms.gov.br ou www.detran.ms.gov.br – link “B.O. ACIDENTES DE TRÂNSITO ONLINE”. 2. Será realizado único registro da ocorrência no SISBOAT (SISTEMA DE REGISTRO DE BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO) com todas as informações do acidente e das partes envolvidas. 3. O responsável pelo registro inicial no SISBOAT deverá informar a placa e CPF do envolvido, caso possuir, para que o sistema os relacione gerando um único protocolo, assim disponibilizando às partes a opção de complementar, alterar e realizar a descrição do fato. 4. Realizar contato com qualquer unidade da PMMS credenciada, para fins de validação e acesso ao BOAT (BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO). 5. O pagamento da guia DAEMS (DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO DO ESTADO DE MS), item 23.03 (2ª VIA DE BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO SEM VITIMA) 2 UFERMS, será exigido no caso de solicitação de 2ª via do BOAT, conforme lei 1.810/97 de MS. 		

6. Existindo erro ou inconsistência identificada pelo policial militar no momento da validação, as partes deverão saná-las.

Procedimento do Policial Militar:

1. A liberação do BOAT deverá ocorrer somente às partes envolvidas (condutor, proprietário, responsável por propriedade atingida e testemunha inserida no BOAT) ou mediante procuração específica.
2. Conferir as informações inseridas no BOAT, identificando a ausência ou inconsistência de dados, orientar as partes a realizarem a retificação ou complementação do registro, mesmo que impresso e/ou entregue para uma delas.
3. O BOAT será validado e liberado a impressão ou **encaminhado ao solicitante devidamente assinado** sem a necessidade da presença simultânea das partes envolvidas.
4. A validação do BOAT de acidente de trânsito sem vítima urbano e rodoviário poderá ser feita em qualquer organização policial militar (OPM) credenciada no estado de MS, exceto aqueles de competência de registro de acidentes em rodovias federais.
5. Lavrará um BO (BOLETIM DE OCORRÊNCIA) criminal e encaminhará juntamente com o BOAT à autoridade policial se for constatado crime.
6. Nos crimes de ação pública condicionada e os de ação privada, orientar as partes a registrar o BO (BOLETIM DE OCORRÊNCIA) em uma delegacia de Polícia Civil.

POSSIBILIDADES DE ERRO

1. Registrar outra modalidade de BOAT, diferente do procedimento em epígrafe.
2. Registrar no SISBOAT dados divergentes ou a ausência destes nos campos obrigatórios.
3. Realizar o cadastro e/ou registrar no SISBOAT pessoas não envolvidas na ocorrência de acidente de trânsito.
4. O registro de responsabilidade das partes envolvidas realizado pelo policial militar.
5. **Realizar a cobrança de DAEMS quando tratar-se de 1ª via do BOAT aos envolvidos.**

RESULTADOS ESPERADOS

1. Diminuir as demandas de atendimento no local pela viatura.
2. Que o policial militar saiba orientar o cidadão quanto ao preenchimento do BOAT.
3. Que as partes envolvidas retirem o BOAT para as devidas demandas ou necessidades.
4. Correta realização do preenchimento para gerar estatísticas confiáveis.

AÇÕES CORRETIVAS

1. Realizar o registro no SISBOAT conforme orientação do policial e/ou manual de orientação do referido sistema.
2. O policial deverá orientar às partes envolvidas da emissão da guia DAEMS, quando tratar de emissão de 2ª Via do BOAT.
3. O policial deverá informar às partes envolvidas da retificação de erros.

REFERÊNCIAS, DOUTRINAS E LEGISLAÇÕES

1. NBR 10697 de junho de 1989 - Pesquisa de acidentes de trânsito.
2. NBR 12898 de novembro de 1993 - Relatório de Acidente de Trânsito.
3. Manual do Operador de Segurança Pública/Comissão Técnica, Resolução SEJUSP nº 453/2009 – Campo Grande – MS: Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado Mato Grosso do Sul – SEJUSP/MS. 2009. Lei estadual 1.810 de 22 de dezembro de 1997 - Dispõe sobre os tributos de competência do Estado e dá outras providências.
4. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).
5. Lei nº 1.888, de 23 de julho de 1998 - Dispõe sobre prestação de informações às vítimas e familiares de acidentes de trânsito, através do Boletim de Ocorrência.
6. Lei complementar estadual de nº 190 de 04 de abril de 2014.
7. Lei nº 5.476, de 18 de dezembro de 2019 - Altera dispositivos da Lei Estadual nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997.

ELABORADOR:

FRANCO ALAN DA SILVA AMORIM – TC QOPM.
WILLIAN SILVA DO NASCIMENTO – CAP QOPM.
MARCOS BEZERRA DA SILVA – TEN QAOPM.
DANIELA FERNANDEZ DOS SANTOS – ST QPPM.
SANDRA APARECIDA DA SILVA ALMEIDA – 1º SGT QPPM.
PAULO HENRIQUE DA SILVA LEITE - SD QPPM.

APROVADO:

 Comandante-Geral da PMMS

REVISADO POR:

FRANCO ALAN DA SILVA AMORIM – TC QOPM.
WILLIAN SILVA DO NASCIMENTO – CAP QOPM.
IDACIO LOPES RIQUELME- TEN QOPM
WALDOMIRO VARGAS JUNIOR- TEN QAOPM

APROVADO:

 Waldir Ribeiro Acosta – Cel QOPM
 Comandante-Geral da PMMS
 Mat. 38837021

RELAÇÃO DAS PÁGINAS E TÓPICOS

DIFUSÃO:

Comando- Geral da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul
 PM-3/PMMS

Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 1.203, Parque dos Poderes – Campo Grande/MS - CEP 79.037-100

ALTERADOS:	
SEQUENCIA DE AÇÕES item 4 e 5-3; POSSIBILIDADE DE ERRO item 5; AÇÕES CORRETIVAS item 2; ESCLARECIMENTOS item 5; REFERENCIAS, DOUTRINAS E LEGISLAÇÕES item 7.	PUBLICO INTERNO
ESCLARECIMENTOS:	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificando outros BOAT relacionados à mesma ocorrência, o policial deverá informar às partes envolvidas para unir as informações em somente um registro, desconsiderando os demais. 2. O registro do BOAT de acidente de trânsito sem vítima poderá ser realizado a qualquer tempo pelas partes envolvidas. 3. É proibido ao policial militar incluir, alterar e excluir qualquer informação no BOAT realizado pelas partes envolvidas. Tal medida visa tornar isento e impessoal o documento. 4. A entrega do BOAT ao solicitante deverá conter a assinatura do chefe/comandante ou pessoa autorizada, sendo a assinatura do atendente no canto inferior direito de cada página e do chefe/comandante/pessoa autorizada na última página "Assinatura Chefe". 5. Sendo necessário emitir a guia de cobrança DAEMS para liberação de 2ª via de BOAT, o mesmo poderá ser feito via sistema do site da SEFAZ – Secretaria de Estado de Fazenda "servicos.e.fazenda". 	